

EXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL/ PUBLICIDADE DE DEMANDA JUDICIAL

Documentos necessários:

- ◆ Instrumento Particular de Requerimento pela parte interessada (qualificação completa, filiação, estado civil, com menção à existência ou não de união estável, documentação e representação legal quando for o caso), com firma reconhecida.

(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 5, parte final c/c art. 246, § 1º e art. 221, II c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 502, § 3º, I a VII e § 4º c/c art. 502, § 5º c/c arts. 505 e 506 c/c Provimento nº 61/2017-CNJ, art. 2º e Lei 13.105/2015, art. 828)

- ◆ Certidão Judicial de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa.

(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 5, parte final c/c art. 246, § 1º c/c Lei nº 13.105/2015, art. 828)

- ◆ Guia de Recolhimento do FUNREJUS incidente, quitada, a ser emitida pelo Serviço de Registro de Imóveis quando da prenotação e/ou qualificação registral.

(Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 491, § 3º c/c Lei Estadual nº 12.216/1998, art. 3º, VII)

Importante ressaltar que, dependendo da análise técnica-jurídica do pedido ou de eventuais alterações legislativas, poderá ser necessária a complementação de documentos. Portanto, a presente listagem servirá como auxílio preliminar da documentação mínima, podendo não ser definitiva.